



B O L E T I M Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano II - Nº 9 e 10. SET/DEZ 2007 - ISSN 1981-7533

Editorial

Neste ano a equipe do programa Trabalhadores Rurais e Direitos, de KOINONIA, brinda aos leitores com um número especial de nosso boletim Trabalhadores Rurais e Direitos, registrando situações camponesas do sertão alagoano, baiano e pernambucano em sua integração com o mundo camponês brasileiro e mundial. Decidimos destacar experiências locais de formação, desafios que os movimentos sociais do campo têm enfrentado, e memória histórica. São pequenos textos, a maior parte produzida para cada uma e cada um de nossos leitores, e alguns outros que visavam a um público ainda mais amplo, e que até por isso mesmo despertará interesse em quem recebe este número especial.

Num primeiro bloco, temos duas reflexões sobre as experiências educativas que KOINONIA e organizações parceiras desenvolveram com educadoras populares e jovens camponeses das organizações dos movimentos sociais do campo da região do Baixo e do Submédio São Francisco. Joana D'Arc, da Equip, nos conta sobre a experiência da formação de educadores populares e identifica como o desafio das questões logísticas faz parte da incorporação das experiências históricas das organizações e das pessoas. Quitéria Ferreira, de KOINONIA, faz uma reflexão sobre o papel que a juventude passa a assumir como formadora de formadores, e qual a sua contribuição para o movimento social do campo.

Num bloco seguinte, Creusa Lopes, assessora pedagógica na região do Submédio São Francisco há muitos anos, faz uma homenagem repleta de indignação pela (falta de) memória dos dez anos do assassinato de Fulgêncio Manoel da Silva. Ela mostra a necessidade de se incomodar com o passado, para

atuar mais conscientemente no presente e pensar ousadamente no futuro. Aqui também reproduzimos um documento que faz eco aos milhares de camponeses que foram beneficiados com o P1MC, e mostramos que as cisternas de placa são mais que isso: são parte de um projeto de convivência com o semiárido para além dos terrores de Transposições e novas barragens.

Depois temos algumas análises sobre os desafios da Globalização neoliberal para o mundo camponês. Aqui encontramos um documento da Via Campe sina que destaca a luta contra os transgênicos e o papel que os camponeses têm na manutenção de um clima ameno para todo o Planeta – em tempos de aquecimento global, é importante saber que os camponeses respondem pelo desaquecimento global.

Temos, ainda, uma série de notícias de interesse para as nossas leitoras e leitores. É isso aí! Uma boa leitura, e aproveitamos para desejar um Feliz Natal e um Ano renovado de lutas por um outro mundo possível!

Índice

Notícias

novembro-dezembro 200702

Artigos:

A Gente se Acostuma, mas não devia.
Creusa Lopes03

Promoção de agentes culturais camponeses – um novo desafio
Quitéria Ferreira04

Uma experiência de formação de educadores populares.
Joana d'Arc da Silva05

Pequenos produtores esfriam o planeta
Via Campesina06

TRD Publica:

Moção de apoio popular ao projeto um milhão de cisternas.....08

TRD Destaca

21 anos do Pólo.....08



Povos indígenas do norte da Bahia ocuparam a sede da Funai, em Paulo Afonso-BA, no dia 14 de novembro, exigindo a exoneração do administrador João Vasconcelos Valadares. Denunciaram ao Ministério Público e à Presidência da Funai falta de transparência daquele administrador no uso dos recursos públicos.

Fonte: <http://www.baixosaofrancisco.blogspot.com>

O Movimento dos Pequenos Agricultores do Estado de Alagoas realizou de 03 a 07 de novembro desse ano a **Escola Estadual de Formação para Lideranças Camponesas**. Participaram mais de 50 militantes do MPA em Alagoas.

Fonte: <http://www.baixosaofrancisco.blogspot.com>

No dia 8 de novembro de 2007, centenas de militantes da Via Campesina uniram-se a outras pessoas, no Paraná-BR, em **protesto conta o assassinato do líder camponês Valmir Mota de Oliveira**, ocorrido no dia 21 de outubro. Ele foi assassinado durante a ocupação realizada no campo de testes de sementes modificadas geneticamente pela Syngenta. Neste ato os camponeses protestaram contra os transgênicos e o controle da agricultura por grandes corporações multinacionais.

Fonte: <http://viacampesina.org/>

Chamada para o dia de ação Global, 26 de janeiro de 2008 – Via Campesina e demais movimentos sociais do campo convocam para a ação global por um outro mundo possível. Conforme decisão no Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2006, em Nairóbi, todas as organizações e movimentos

sociais são convocados a realizarem mobilizações, de qualquer tamanho e estilo, para promover a conscientização mundial e tomada de posição diante dos avanços da Globalização Neoliberal. Isto deverá ser feito no dia 26 de janeiro de 2008, dia da ação global.

Fonte: http://viacampesina.org/main_en/index.php

20 de novembro – Dia da Consciência Negra: no Brasil, 267 dos 550 municípios decretaram feriado municipal no dia 20 de novembro, dia de Zumbi, dos Palmares. A Consciência Negra vai se alastrando no país, criando mecanismos e instrumentos para a superação de todas as formas de racismo e preconceito.

1º de dezembro – dia mundial de luta contra AIDS – Em vários municípios do País, assim como em várias cidades no mundo, militantes da luta por acesso à saúde e superação dos preconceitos contra os soropositivos, promoverão ações de conscientização sobre as formas de prevenção às DST/AIDS. Na região do Submédio São Francisco o STR de Belém do São Francisco realizará ações neste sentido.

Discussão da Lei 751/2003 sobre o enquadramento dos agricultores familiares como trabalhadores rurais ou proprietários rurais – Atualmente a lei de 1971 delibera que agricultores que possuam até dois módulos são trabalhadores rurais e os demais proprietários. A nova lei, proposta pelo dep. Federal Assis do Couto (PT/PR), propõe que proprietários de até quatro módulos sejam identificados como trabalhadores rurais, podendo contribuir com a Contag.

Fonte: <http://www.contag.org.br>

Relator da ONU declara que aumentou a violência no Brasil – Segundo Philip Alston os homicídios são a principal causa mortis de pessoas de 15 a 44 anos no Brasil. No Rio de Janeiro e em São Paulo somente 10% dos homicídios são julgados, e em Pernambuco, menos ainda, apenas 3%. Ele finaliza o comunicado com uma série de recomendações, como o aumento dos salários para os policiais, e o fato de no atual sistema as mortes cometidas por policiais serem classificadas como as mortes em situações de “resistência” ou “resistência seguida de morte”. Ele afirmou que “todo homicídio é potencialmente um assassinato e deve ser investigado como tal”.

Fonte: <http://www.cptnac.com.br/>

Encontro de comunidades quilombolas – KOINONIA realizou entre 27 e 29 de outubro encontro com uma centena de pessoas de comunidades quilombolas. O encontro, que aconteceu no Colégio Assunção no bairro de Santa Teresa, centro do Rio de Janeiro, contou com a presença das comunidades Alto da Serra (município de Rio Claro), Cabral (município de Paraty), Campinho da Independência (município de Paraty), Caveira/ Botafogo, (município de São Pedro da Aldeia), Ilha da Marambaia (município de Mangaratiba), Preto Forro (município de Cabo Frio), Rasa (município de Búzios), Sacopã (município do Rio de Janeiro), Santana (município de Quatis), Santa Rita do Bracuí (município de Angra dos Reis), e Travessão (município de Campos). O Encontro de KOINONIA com as comunidades quilombolas e negras rurais com as que trabalha no RJ, foi realizado pelo Programa Egbé Territórios Negros.

Fonte: <http://www.koinonia.org.br>

Ações do TRD de assessoria e comunicação realizadas com as organizações do movimento social do campo em 2007:

- Lançamento do livro *Águas Juvenis no Velho Chico*, no FSN, abril 2007;
- Participação no planejamento estratégico do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do SMSF, agosto 2007;
- Articulação de participação de jovens dos movimentos sociais do campo, no RJ, na Jornada Ecumênica da Juventude, RJ, 1º, dezembro 2007.
- Manutenção do BTRD e do Boletim Virtual Drogas e Violência no Campo (www.koinonia.org.br/bdv), com o apoio das equipes de Comunicação e Biblioteca.

A gente se acostuma, mas não devia.

Creusa Lopes*

Há dez anos, no dia 16 de outubro de 1997 morria às 22 horas, no Hospital das Clínicas de Recife o líder sindicalista Fulgêncio Manuel da Silva, vítima de uma emboscada arquitetada pelo narcotráfico que utilizou um menor, na época com 17 anos, para disparar o revolver assassino.

Conheci “seu Fulgêncio”, em 1991 quando vim trabalhar no Pólo Sindical; desde o início senti por ele uma grande admiração e respeito. Foi ele que me levou para dentro do Projeto, naquela época, Caraíbas, para lá trabalhar. A agrovila 43 passou a ser “meu quartel general”, ficava semanas inteiras na casa de dona Zefinha (sua irmã) e seu José Lima; juntos trabalhávamos nas agrovilas incentivando os/as reassentados/as a lutarem por suas terras e seus direitos. E com ele fui aprendendo muitas coisas e vendo meu respeito e admiração aumentarem. Quando seu Fulgêncio foi baleado eu estava no projeto Pedra Branca. Ainda acreditei e esperei por um “milagre”, mas o milagre não veio. Através de Assueres, recebi a notícia da sua morte. Partilhando da dor com seus familiares, chorei abraçada a dona Elisa e experimentei um sentimento nunca antes experimentado de dor, revolta, ódio, impotência.

Estive fora do Pólo de 1998 à 2003, quando então voltei a trabalhar com os reassentados/as, mas muitas coisas haviam mudado. Não sei explicar bem, havia e há uma desesperança enraizada nas pessoas, em algum momento se perdeu a visão do cole-

tivo, o que está prevalecendo são os interesses particulares, as disputas internas...

Tem uma crônica de uma escritora chamada Maria Colasanti que fala assim; “A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá”. Isto esta acontecendo com nós? Ou fomos todos tomados por um sentimento de revolta contra os/as próprios/as companheiros/as? Se estivermos acostumando, será que não estamos “acostumando” demais? Encolhendo nossa capacidade de indignação ética ao escolher o silêncio cansado e cúmplice, diante da demora da Chesf e Codevasf na conclusão dos projetos? Ou diante das atitudes nem sempre elogiáveis dos políticos que elegemos e voltando nossas “baterias” aos inimigos errados? Será que em vez de desmoralizar o movimento sindical, não deveríamos juntar nossas forças ao menos por respeito a quem deu a vida por esses projetos e por essa luta?

Como estaria agindo seu Fulgêncio se ainda estivesse entre nós? Quantos de nós vamos lembrar dos dez anos de sua morte? Pelo muito do carinho e respeito que guardo pelo seu Fulgêncio, eu, Creusa Lopes, estou fazendo esta homenagem solidária e solitária aos 10 anos de morte de seu Fulgêncio, e aproveito para convocar e desafiar você que me leu até aqui, a não se

acostumar, a fingir não que não viu ou não entendeu, ou fazer de conta que não dói tanto assim, senão a responsabilidade recua, a coragem diminui, o desalento impera, e a gente continua fingindo ou arrumando desculpas das mais diversas para continuar enganando a nós mesmos, que nossa consciência está tranqüila, e a cabeça no travesseiro será imediatamente seguida do sono que não tem porque não vir. Que de onde estiver seu Fulgêncio estenda à sombra do seu inesquecível chapéu sobre todas/os nós, e que bem lá no fundo de nossa consciência possamos ouvir uma vozinha dizendo; VOCÊ ESTÁ SE ACOSTUMANDO, MAS NÃO DEVIÁ...

Petrolândia, 10 de outubro de 2007.



Foto de Fulgêncio Manuel da Silva

BOLETIM
Trabalhadores Rurais
& Direitos

Esperamos sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre o boletim.

E-eletrônico para:
trd@koinonia.org.br

Cartas para:
Programa Trabalhadores Rurais e Direitos
Rua Santo Amaro, 129 - Glória
22211-230 Rio de Janeiro/RJ

*Creusa Lopes é Assistente social, trabalha com os reassentados e reassentadas do Sistema Itaparica.

Promoção de agentes culturais camponeses – um novo desafio

Quitéria Ferreira*

O trabalho político-pedagógico de KOINONIA com a juventude rural sertaneja nos últimos quatro anos, a partir dos cursos de agentes culturais, tem ajudado a desconstruir um pouco do nordeste desigual, marcado pelas secas e cercas. As reflexões, as produções lúdicas, os intercâmbios, as ações mobilizadoras, organizativas e formativas desenvolvidas pelos jovens contribuíram para fomentar pensamentos, intenções e práticas de liberdade, de indignação, de justiça social, de luta pela garantia de direitos.

A experiência permitiu construir um modelo político-pedagógico de formação para ação permanente. Um modelo que percebe o processo – diagnóstico, planejamento, ação, avaliação e celebração – e serve de subsídio para outras ações. E, ainda, cria espaços e mecanismos para um efeito multiplicador da ação educativa, pois a partir dos cursos os agentes culturais têm realizado ações com novos jovens; criado núcleos jovens e de educadores; fortalecido e gerado iniciativas de construção de políticas públicas para juventude; articulado ações com outros atores sociais da região; ampliado a participação da juventude nos movimentos sociais. Enfim, contribuído com o desenvolvimento rural sustentável da região sertaneja.

Em 2007, dando continuidade ao processo educativo, KOINONIA experimentou avançar na experiência, realizando um curso de aprofundamento teórico-metodológico com ex-cursistas denominado de curso de monitores. Neste curso escolheu entre os participantes uma equipe de quatro jovens para assumir os Cursos de Agentes Culturais. A perspectiva foi que os próprios jovens rurais assumirem a condução dos processos educativos na região, sendo cada vez mais protagonistas das ações em suas realidades.

Este processo educativo multiplicador, que envolve lideranças jovens rurais sertanejas e que se desenvolve com o engajamento de várias entidades par-

ceiras, aponta alguns desafios para os movimentos sociais e organizações rurais da região do Submédio Franciscano e do Alto Sertão de Alagoas. Entre eles a necessidade de mobilizar novos públicos jovens, que não estão nos espaços de organização das entidades de classe e dos movimentos sociais. Ou seja, que as ações culturais sensibilizem novos públicos a se organizarem na luta pelos direitos, tendo um impacto concreto na vida das comunidades.

Este processo aponta desafios. Entre a necessidade de mobilizar novos públicos.

Um outro desafio é despertar a juventude para a luta em torno das políticas públicas, uma vez que as ações culturais propostas buscam discutir temáticas e problemáticas essenciais para realidade local: políticas públicas de saúde, segurança, cultura e lazer; meio ambiente; educação rural; geração de renda; arte-educação. Ações que tanto podem sensibilizar pessoas para engajamento na luta por garantia de direitos, quanto levar provocar o poder público local a se comprometer com implementação de políticas públicas para os jovens rurais.

A formação de jovens rurais multiplicadores tem como desafio continuar favorecendo a inserção da juventude rural nos espaços organizativos em torno da luta pelos direitos, a exemplo da inserção nos territórios e nos mecanismos de gestão das políticas públicas nacionais destinadas à juventude.

Assim, novos e velhos desafios continuam presentes para os jovens rurais multiplicadores e para os movimentos sociais, que vão desde a necessidade de favorecer o surgimento de novas lideranças jovens para entidades locais à necessidade de fomentar a articulação de parcerias e, de estabelecer o diálogo sobre formas de organização balizadas em novos valores, a exemplo da organização em redes.

Como também pensar a sustentabilidade política e financeira dessas experiências se coloca como um desafio permanente. Afinal, a construção de práticas para o desenvolvimento rural sustentável passa pelo fortalecimento das organizações locais e capacidade das mesmas serem autônomas para implementação de suas ações.



Lideranças de camponesas conversando sobre ações juvenis.

*Quitéria Maria Ferreira da Silva assistente do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos.

Uma experiência de formação de educadores populares

Joana d'Arc da Silva*

Dentre as ações planejadas na região em 2007 pela Rede de Intercâmbio de Educadores Rurais do Submédio São Francisco e do Alto Sertão de Alagoas, a Escola de Formação Quilombo dos Palmares – Equip, com a colaboração sistemática do Pólo Sindical e com o apoio de KOINONIA, coordenou um processo de capacitação metodológica para Educadores Populares, o Curso para Educadores dos Movimentos Populares, com atuação no Semi-árido Nordeste.

O Curso foi sendo construído incorporando os desafios do contexto que os vários parceiros identificavam no planejamento anual. Reafirmou-se ainda o compromisso de seguir coletivamente construindo respostas às necessidades atuais de formação dos setores populares para viabilizar projetos de desenvolvimento pautado numa perspectiva inovadora de convivência com a região.

Esta proposta de formação para educadores/as se estruturou com o objetivo de debater as práticas educativas desenvolvidas na região do Semi-árido, aprofundando os elementos da Educação Popular, trabalhando a construção do diagnóstico participativo e a sistematização das experiências que contribuem para a articulação e qualificação das lutas sociais populares no nordeste do Brasil. E em 2007 a dinâmica foi sendo vivida em etapas à distância e presenciais.

As etapas presenciais aconteceram em Glória, na Bahia: a 1ª etapa do Curso foi de 11 a 13 de abril e a oficina de intercâmbio de experiências de Diagnósticos Participativos, de 18 a 21 de outubro. As etapas à distância, intercaladas a cada etapa presencial, constituíam com momentos de estudo, pesquisa, desenvolvimento e sistematização de experiências dos parti-

cipantes ligados às organizações que atuam nos estados de Pernambuco, Alagoas e da Bahia.

Desde o início desse curso a grande dificuldade tem sido a falta de sincronia e manutenção das datas das atividades na agenda das organizações parceiras. Estas dificuldades são geradas pelo choque do planejamento dos vários sujeitos envolvidos com a própria dinâmica de luta dos movimentos e organizações parceiras na região, que cotidianamente vão administrando diferenciadamente o aumento de ações, o nível de envolvimento e responsabilidades de seus membros. Nesse quadro de dificuldades, seguimos enfrentando também a diminuição de receita financeira, que tem determinado a redução de pessoal disponível nas organizações para executar o trabalho formativo.

Dentro da cultura ativista das organizações sociais sabemos o quanto é difícil encontrar momentos específicos para estudo, reflexão e melhoramento da maneira como atuamos. Neste processo do curso, mesmo estando ainda em andamento, é possível perceber evoluções e alguns aprendizados. Destaco a seguir o que tem sido mais evidente:

- 1- Como os/as participantes têm aproveitado o espaço das etapas para fazer intercâmbio e diálogo com outras organizações da região, com momentos para debater as dificuldades, avaliar os potenciais e gerar uma sistemática de construção de orientações que ajudam no aperfeiçoamento das atuais formas de trabalhar dos movimentos;
- 2- Encantamento ao olhar para a trajetória histórica de luta e conquistas dos movimentos sociais populares desde o início da colonização do país, encontrando na trajetória inspiração para atuar nas dificuldades presentes e renovação das metodologias das lutas sociais na região;
- 3- A descoberta de que em cada prática de um membro do movimento segue impresso um conteúdo que demonstra sua coerência ou não com os processos democráticos que quer conquistar. Sabendo que em cada prática se revela o papel educativo do multiplicador da luta social, que pode desenvolver a concentração ou democratização de poder e conquistas de direitos do povo na região do SMSF;



Educadores populares em Glória (BA)

4- A identificação de desafios comuns a várias organizações locais em torno da necessidade de dar visibilidade e ampliar as suas práticas e conteúdos dos diagnósticos participativos, na perspectiva de fazer realmente frente aos desafios de manter ações estratégicas articuladas para desenvolvimento de um novo contexto do semi-árido nordestino;

Essa experiência não se encerra nas atividades acontecidas este ano e nos aprendizados que todos/as envolvidos tiveram até o presente. Para 2008 estamos propondo o aprofundamento dessa formação, com desenvolvimento de ações formativas construídas a partir do diagnóstico e planejamento coletivo do/as cursistas, acompanhamento à sistematização da aprendizagem dessa experiência e momento para a socialização entre as organizações sociais que atuam em áreas do Semi-árido nordestino.

Com essa meta, devemos seguir enfrentando novos desafios. A começar com a superação das dificuldades encontradas este ano e ampliação da Rede de Intercâmbio de Educadores Rurais do Submédio São Francisco e do Alto Sertão de Alagoas. Mais particularmente com os/as participantes do curso, vamos primar pelo aperfeiçoamento dos diversos níveis de planejamento, buscando as melhores condições humanas e financeiras em cada organização para seguir viabilizando novos processos formativos e sistematização de experiências que permita o surgimento de novas lideranças, aumento das conquistas das mulheres e envolvimento da juventude nas principais lutas da região e fortalecimento dos movimentos sociais em torno da política alimentar, produção e controle das sementes, na influência na política de construção de barragens para geração de energia e da reforma agrária.



Curso de educadores populares em Glória(BA)

*Joana d'Arca da Silva, Educadora Popular da Equip.

Pequenos produtores esfriam o planeta

Via Campesina*

As atuais formas globais de produção, consumo e mercado causaram uma destruição massiva do meio ambiente, incluindo o aquecimento global, que está colocando em risco os ecossistemas de nosso planeta e levando as comunidades humanas rumo a desastres. O aquecimento global mostra o fracasso do modelo de desenvolvimento baseado no consumo de energia fóssil, na superprodução e no livre comércio.

Os camponeses e camponesas de todo o mundo unem suas mãos com outros movimentos sociais, organizações, pessoas e comunidades em defesa de transformações sociais, econômicas e políticas radicais para reverter a tendência atual. Os camponeses, especialmente os pequenos produtores, são os primeiros a sofrer os impactos das mudanças climáticas.

As mudanças nas estações trazem consigo secas pouco usuais, inundações e tormentas, destruindo terras de cultivo e casas dos camponeses. Além disso, as espécies animais e vegetais estão desaparecendo num ritmo sem precedentes.

Os camponeses têm que se adaptar aos novos padrões climáticos, adaptando suas sementes e seus sistemas de produção habituais a uma nova situação, que é imprevisível. As secas e inundações estão conduzindo ao fracasso as colheitas, aumentando o número de pessoas famintas no mundo.

Há estudos que prevêem uma diminuição da produção agrícola global numa escala que varia de 3 a 16% para o ano 2008. Nas regiões tropicais o aquecimento global conduzirá, muito provavelmente, a um grave declínio da agricultura (mais de 50% em Senegal e mais de 40% em Índia), e à aceleração da desertificação de terras de cultivo. Por outro lado, enormes áreas na Rússia e Canadá se tornarão cultiváveis pela primeira vez na história humana, mas ainda se desconhece como estas regiões poderão ser cultivadas.

A produção e o consumo industrial de alimentos estão contribuindo de forma significativa para o aquecimento e

a destruição de comunidades rurais. O transporte intercontinental de alimento, a monocultura intensiva, a destruição de terras e bosques e o uso de insumos químicos na agricultura estão transformando a agricultura em atividade consumidora de energia e contribuindo para a mudança climática.

Sob as políticas neoliberais impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e sob os acordos de livre comércio bilaterais, a comida se produz com pesticidas derivados do petróleo e fertilizantes, é transportada para todo o mundo para a sua transformação e consumo.

A Via Campesina, um movimento que reúne milhões de camponeses e produtores de todo o mundo, declara que é tempo de mudar de forma radical a forma de produzir, transformar, comercializar e consumir alimentos e produtos agrícolas. Acreditamos que a agricultura sustentável em pequena escala e o consumo local de alimentos vai inverter a devastação atual e sustentar milhões de famílias camponesas. A agricultura também pode contribuir para o esfriamento da terra utilizando práticas agrícolas que reduzam a emissão de CO₂ e o uso de energia por parte dos camponeses.

Por outro lado, os camponeses também podem contribuir para a produção de energia renovável, especialmente por meio da energia solar e o biogás. A agricultura globalizada e a agricultura industrializada geram o aquecimento global pelos seguintes pontos:

1) Por transportar alimentos por todo o mundo

Transportam-se alimentos frescos e empacotados por todo o mundo e, atualmente, não é raro encontrar nos Estados Unidos ou na Europa frutas, verduras, carne e vinho provenientes da África, América do Sul ou Oceania; também encontramos arroz asiático na América ou na África.

Os combustíveis fósseis usados para o transporte de alimento estão liberando



toneladas de CO₂ para a atmosfera. A organização de camponeses suíços, a Uniterre, calculou que um quilo de aspargos importados do México necessita 5 litros de petróleo para viajar por via aérea (11.800 quilômetros) até a Suíça. No entanto, um quilo de aspargo produzido em Genebra necessita somente 0,3 litros de petróleo para chegar até o consumidor.

2) Pela imposição de meios industriais de produção (mecanização, intensificação do uso de agro-químicos, monocultivo)

A chamada agricultura moderna, especialmente a monocultura industrial, está destruindo os processos naturais do solo (o que conduz a uma presença de CO₂ na matéria) e os substitui por processos químicos baseados em fertilizantes e pesticidas.

Por conta, acima de tudo, do uso de fertilizantes químicos, da criação intensiva de gado e da monocultura, se produz um volume significativo de óxido nítrico (NO₂), o terceiro gás de efeito estufa com maior efeito sobre o aquecimento global. Na Europa, 40% da energia consumida nas explorações agrárias se deve à produção de fertilizantes nitrogenados.

Por sua vez, a produção agrária industrial consome muito mais energia (e libera mais CO₂) para mover seus tratores gigantes para cultivar a terra e processar a comida.

3) Por destruir a biodiversidade (e sumideiros de carbono)

O ciclo do carbono tem sido parte da

estabilidade do clima durante milhões de anos. As empresas do agronegócio destruíram este equilíbrio pela imposição generalizada da agricultura química (com uso massivo de pesticidas e fertilizantes procedentes do petróleo), com a queima de bosques para plantações de monocultivo e destruindo as terras pantanosas e a biodiversidade.

4) Conversão da terra e os bosques em áreas não agrícolas

Bosques, pastagens e terras cultiváveis estão sendo convertidos rapidamente em áreas de produção agrícola industrial, em centros comerciais, complexos industriais, grandes casas e em grandes projetos de infra-estrutura ou em complexos turísticos. Estas mudanças causam a liberação massiva de carbono e reduzem a capacidade do meio ambiente absorver o carbono liberado na atmosfera.

5) Transformação da agricultura de produtora em consumidora de energia

Em termos energéticos, o primeiro papel das plantas e da agricultura é transformar a energia solar na energia contida nos açúcares e celuloses que podem ser diretamente absorvidas na comida ou transformadas em produtos de origem animal. Esse processo é natural e gera energia na cadeia alimentar. Entretanto, a industrialização do processo agrícola nos conduziu, nos últimos 200 anos, a uma agricultura que consome energia (usando tratores, agro-químicos derivados do petróleo, fertilizantes).

Falsas soluções

Os agrocombustíveis (combustíveis produzidos a partir de plantas e árvores) se apresentaram muitas vezes como uma solução para a atual crise energética. Segundo o protocolo de Kyoto, 20% do consumo global de energia deveriam provir de recursos renováveis até 2020 - e isto inclui os agrocombustíveis. No entanto, deixando de lado a loucura de produzir comida para alimentar os automóveis enquanto muitos seres humanos estão morrendo de fome, a produção industrial de agrocombustíveis

vai aumentar o aquecimento global, em vez de reduzi-lo.

Em troca de uma pequena mudança ainda não comprovada (com exceção da cana-de-açúcar) de alguns gases de efeito estufa comparado com os combustíveis fósseis, a produção da monocultura de palma, soja, milho ou cana-de-açúcar vai contribuir no desflorestamento e na destruição da biodiversidade. A produção intensiva de agrocombustíveis não é uma solução para o aquecimento global nem resolverá a crise global no setor agrícola.

O comércio de carbono

No protocolo de Kyoto e outros planos internacionais, o “comércio de carbono” tem se apresentado como uma solução para o aquecimento global. É uma privatização do carbono posterior à privatização da terra, ar, sementes, água e outros recursos.

Permite que governos assinem licenças com grandes contaminadores industriais de modo que possam comprar o “direito de contaminar” entre eles mesmos. Alguns outros programas fomentam que países industrializados financiem vertedouros baratos de carbono tais como plantações em grande escala no Sul, como uma forma de evitar a redução das suas próprias emissões.

Dessa maneira, estão sendo criadas grandes plantações ou áreas naturais de conservação na Ásia, África e América Latina, expulsando comunidades de suas terras e reduzindo o direito de acesso aos próprios bosques, campos e rios.

Cultivos e árvores transgênicas

Atualmente estão sendo desenvolvidas árvores e cultivos transgênicos para agrocombustíveis. Os organismos geneticamente modificados não resolverão nenhuma crise do meio ambiente sem que os mesmos coloquem em risco o meio ambiente, bem como a saúde e a segurança alimentar.

Essas árvores e cultivos transgênicos formam parte da “segunda geração” de agrocombustíveis baseados na celulose, enquanto que a primeira geração se baseia em diferentes formas de açúcar das plantas. Ainda, nos casos nos quais não

se usam variedades transgênicas, a “segunda geração” apresenta os mesmos problemas que a geração anterior.

A Soberania Alimentar proporciona meios de subsistência a milhões de pessoas e protege a vida na Terra

A Via Campesina acredita que as soluções para a atual crise têm que surgir de atores sociais organizados, que estão desenvolvendo modelos de produção, comércio e consumo baseados na justiça, na solidariedade e em comunidades saudáveis.

Nenhuma solução tecnológica vai resolver o desastre social e do meio ambiente. Somente uma mudança radical na forma como produzimos, comercializamos e consumimos pode dar terras para comunidades rurais e urbanas saudáveis. A agricultura sustentável em pequena escala, um trabalho intensivo e de pouco consumo de energia podem contribuir para o resfriamento da terra:

- Assumindo mais CO₂ no solo, de maneira orgânica, através da produção sustentável (a produção extensiva de vacas e ovelhas em pastagens tem um balanço positivo de gás estufa).
- Substituição dos fertilizantes nitrogenados pela agricultura ecológica e/ou cultivando proteaginosas que capturam nitrogênio diretamente do ar.
- Produção de biogás de resíduos animais e vegetais, com a condição de manter suficiente matéria orgânica no solo.

Em todo o mundo praticamos e defendemos a agricultura familiar e sustentável e em pequena escala, e exigimos soberania alimentar. A soberania alimentar é o direito das pessoas aos alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos através de métodos sustentáveis e saudáveis, e seu direito de definir seus próprios alimentos e sistemas de agricultura.

Colocamos no fundamento dos sistemas e das políticas alimentares as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimento, no lugar das demandas dos mercados e das transnacionais.

A soberania alimentar dá prioridade às economias e mercados locais e na-

cionais, dando poder a camponeses e pequenos agricultores, aos pescadores tradicionais, aos pastores e à produção, distribuição e consumo de alimentos baseados na sustentabilidade ambiental, social e econômica. Exigimos urgentemente aos encarregados de tomar decisões locais, nacionais e internacionais:

- 1) O desmantelamento completo das companhias de agrocombustíveis. Estão despojando os pequenos produtores de suas terras, produzindo lixo e criando desastres ambientais.
- 2) A substituição da agricultura industrializada pela agricultura sustentável em pequena escala, apoiada por verdadeiros programas de reforma agrária.
- 3) A promoção de políticas energéticas sensatas e sustentáveis. Isto inclui o consumo de menor energia e a produção de energia solar e biogás pelos camponeses em lugar da promoção em grande escala da produção de agrocombustíveis, como é o caso atual.
- 4) A implementação de políticas de agricultura e comércio em nível local, nacional e internacional, dando suporte à agricultura sustentável e ao consumo de alimentos locais. Isto inclui a abolição total dos subsídios que levam ao *dumping* (competição desleal) de comida barata nos mercados de exportação e o *dumping* de comida barata em mercados nacionais.

Pelos meios de subsistência de milhões de pequenos produtores de todo o mundo, pela saúde das pessoas e pela sobrevivência do planeta: exigimos soberania alimentar e nos comprometemos a lutar de forma coletiva para conseguí-la.

**Via Campesina Internacional*

Moção de apoio popular ao projeto um milhão de cisternas

A celebração dos resultados do programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido – PIMC da ASA.

O CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, considerando o conjunto de ações desenvolvidas pela Articulação do Semi-árido - ASA, na implementação de ações de convivência com o semi-árido e que estas ações se expressam, principalmente, através do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido, PIMC – Programa 1 Milhão de Cisternas e, considerando ainda que o mesmo conta com apoio de diversos parceiros nacionais e internacionais, sendo a grande maioria dos recursos provenientes do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – Programa Fome Zero e, ainda, que seus resultados alcançados até o momento chegam a 221.327 Cisternas familiares construídas em 1.031

municípios, com capacidade cada uma para 16 mil litros de água, possibilitando o armazenamento de água potável para aproximadamente 1.100.000 pessoas do semi-árido; resolve, pela importância desta intervenção, aprovar esta moção de apoio a celebração por mais de 1 milhão de pessoas com água de qualidade, resultante da ação do PIMC, a ser realizado na Cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, no dia 13 de Novembro/07, bem como apoiar todas iniciativas por parte do Governo Federal que venham assegurar a continuidade do referido programa coordenado pela Articulação do Semi-árido.

Plenária da 5ª Reunião Extraordinária do Condraf.
Brasília, 30 de outubro de 2007

21 anos do Pólo

Hoje, lotes irrigados, camponeses produzindo, fruticultura irrigada e agroecologia no sertão. Isto foi uma conquista para 6 mil famílias em reassentamentos irrigados em 10 projetos: Projeto Fulgência em Santa Maria da Boa Vista, Brígida em Orocó, Icó Mandantes, Barreiras e Bloco 2 em Petrolândia, Pedra Branca entre Abaré e Curaçá, Rodelas e Itacoatiara em Rodelas e Glória e Jusante, em Glória. Já se passaram 21 anos. Tudo começou com uma tremenda força. A Chesf queria expulsar milhares de famílias lhes dando um cala-boca qualquer. As trabalhadoras e trabalhadores rurais, organizados pelo Pólo Sindical

dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, enfrentaram a Chesf, ocuparam os escritórios em Itaparica, e asseguraram um Acordo, aos 6 de dezembro de 1986. A força da luta assegurou a conquista. E a luta continua, há pendências em vários projetos, e há projetos que ainda não foram nem iniciados. Viu, é assim que o povo alcança o que fortalece ao bem comum, se organizando, mobilizando e fazendo luta popular. Viva o PÓLO SINDICAL! VIVA A LUTA DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO! Viva o 6 de dezembro!

EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Secretário Executivo de KOINONIA
Rafael Soares de Oliveira

Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim
Jorge Atilio Silva Iulianelli

Assistentes Editoriais
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

Pesquisas

Andréa Carvalho de Oliveira

Redação e Revisão

Helena Costa | Manoela Vianna

Diagramação e Impressão
Editora Fonte Viva

 **KOINONIA**
Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016
e-mail: trd@koinonia.org.br
site: www.koinonia.org.br